

05 | **Mutirão de magistrados atende comunidade do Bairro da Paz**

06/07 | **Juízes orientam operários da Arena Fonte Nova sobre trabalho seguro**

12/13 | **Terceirização leva à perda de identidade do trabalhador**

Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado.



"Temperando com justiça a vida das pessoas."



"Construindo uma sociedade mais justa."



"Cuidando da saúde e segurança do trabalho."



"Fazendo seu direito chegar a você."

::: Onde houver um trabalhador e um empregador,
a Justiça do Trabalho estará presente, com o compromisso de concretizar os direitos sociais de todos.

Atualmente, cerca de 23 milhões de brasileiros, mais de 50% da população em idade ativa, estão empregados. Aos juízes do Trabalho, cabe a nobre missão de regular as relações de trabalho, exigindo o cumprimento da lei e determinando ações que preservem o bom relacionamento entre trabalhadores e empregadores.

::: Ao seu lado, também na internet.

Você tem alguma dúvida sobre legislação trabalhista ou sobre seus direitos?

Acesse www.sempreaoseulado.com.br ou, se preferir, utilize as redes sociais:



facebook.com/anamatra



@anamatra

Anamatra
Associação dos Magistrados da
Justiça do Trabalho da 5ª Região - BA

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Revista Amatra5 é uma publicação semestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - Amatra5

DIRETORIA

Presidente: **ANA CLÁUDIA SCAVUZZI**;
Vice-presidente: **NORBERTO FRERICHES**;
Diretor Secretário: **IVO DANIEL PÓVOAS DE SOUZA**; Diretor Tesoureiro: **RENATO MÁRIO BORGES SIMÕES**; Diretora Cultural: **ANGÉLICA DE MELLO FERREIRA**; Diretora Social, Esporte e Lazer: **RENATA SAMPAIO GAUDENZI**; Diretora de Prerrogativas: **ANDRÉA PRESAS ROCHA**; Diretor de Comunicação: **JUAREZ DOURADO WANDERLEY**; Diretor de Aposentados e Pensionistas: **JOSÉ PINHEIRO GUIMARÃES**; Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: **ROSEMEIRE LOPES FERNANDES**; Diretor de Assuntos Legislativos: **RUBEM DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR**

CONSELHO DE ÉTICA

Titulares: **MARAMA CARNEIRO, SORAYA GESTEIRA E CLAUDIA UZÊDA**. Suplentes: **TADEU VIEIRA, ANA PAOLA DINIZ E VIVIANE FERREIRA**

CONSELHO FISCAL

Titulares: **GILMAR CARNEIRO, GISELLI GORDIANO E DÉBORA REGO**. Suplentes: **NAIARA LAGE, JULIO MASSA E SILVIA ISABELLI**

COMUNICAÇÃO

Assessora de Comunicação: **ANA MARTA GARCIA**; Projeto e Editoração Gráfica: **Autor Visual Design Gráfico**; Foto da Capa: **UNLOOP FILMES**; Fotos: **Amatra5**; Gráfica: **ARTSET**; Tiragem: **1.000 exemplares**.

Endereço para correspondência: **AMATRAS**
Rua Miguel Calmon, nº 285, Ed. Góes Calmon,
11º andar, Comércio - CEP 40.015-901;
Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3326-4878 / 3284-6970
Fax: (71) 3242-0573

e-mail: secretaria@amatra5.org.br

site: www.amatra5.org.br



As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Amatra5 e do conjunto de seus associados.

Juízes do Trabalho: mobilização e cidadania



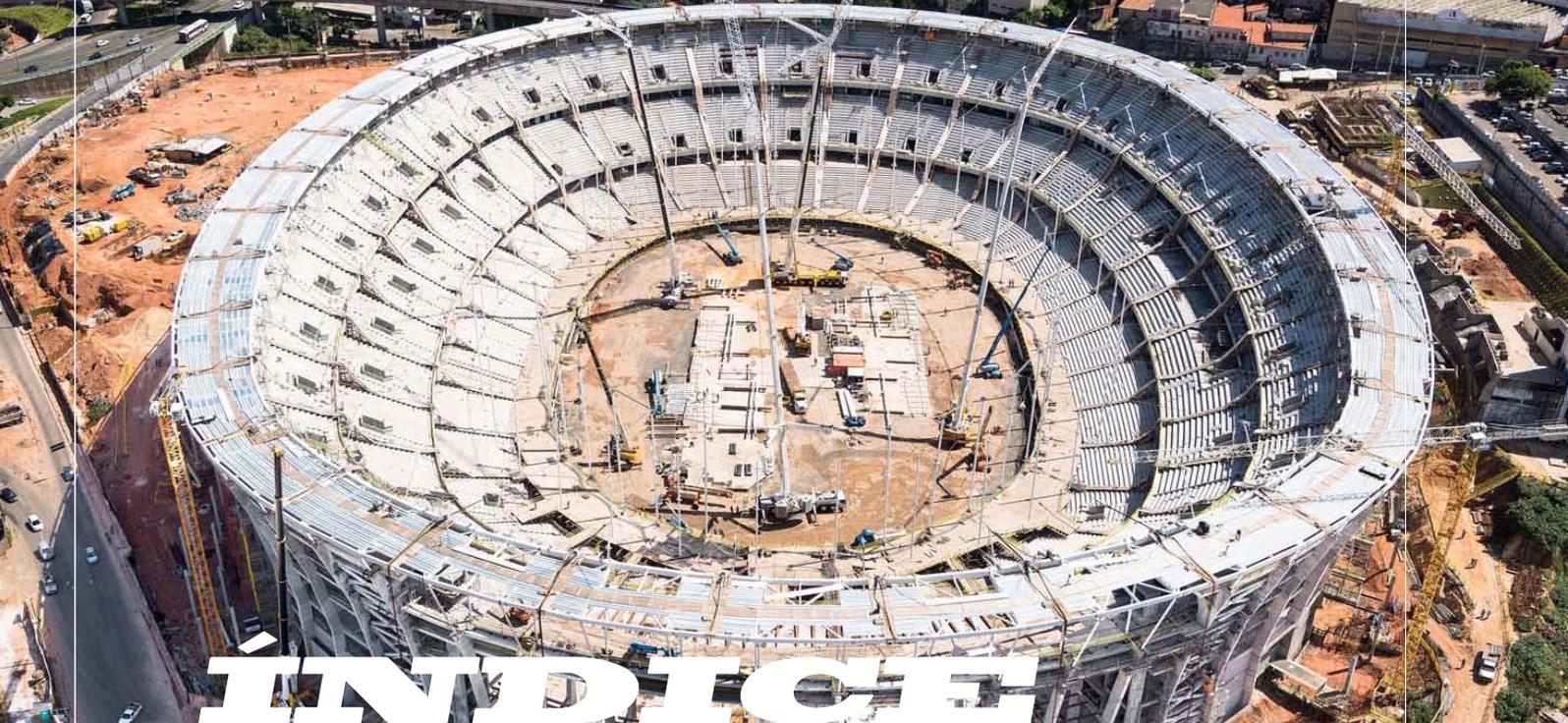
Este segundo número da Revista da Amatra5 está imperdível. A começar pela matéria de capa, sobre a grande mobilização dos magistrados para levar informação e orientação aos trabalhadores que estão construindo a Arena Fonte Nova, em Salvador. Foram inúmeras palestras, orientações individuais, distribuição de cartilhas e até mesmo uma peça de teatro com foco no trabalho seguro. Foi mais uma ação do programa Trabalho, Justiça e Cidadania e gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer aos colegas que acordaram cedo para participar dessa ação de cidadania.

Outro assunto importante tratado nessa edição é a não adesão dos juízes à Semana de Conciliação, que aconteceu de 7 a 14 de novembro em todo o Brasil. O protesto teve como objetivo demonstrar a insatisfação de nós magistrados com o Poder Executivo, que nos últimos cinco anos concedeu um reajuste à categoria de apenas 9% para uma inflação acumulada de 37%. A Revista traz ainda uma entrevista exclusiva com o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, que esteve em Salvador a convite da Amatra5 para participar do XXII COMAT (Congresso dos Magistrados do Trabalho da Bahia) realizado nos dias 21 e 22 de setembro. Na entrevista ele fala sobre a precarização das relações de trabalho no Brasil, lembrando que muitas vezes um trabalhador exerce uma função igual ao colega ao lado, só que numa situação jurídica e uma proteção social muito diferente.

Temos ainda uma entrevista com a ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, que abriu o COMAT e fez uma palestra sobre precarização do trabalho. Fizemos também um mutirão para a comunidade do Bairro da Paz, tirando dúvidas da comunidade sobre Direito do Trabalho. O evento aconteceu na Fundação Lar Harmonia e fez parte da campanha nacional da Anamatra "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado". Foi uma mobilização muito bonita, com 30 colegas saindo de seus gabinetes para orientar uma comunidade carente que não tem acesso a esse tipo de serviço.

A Revista traz ainda outras notícias e notas sobre cultura, tecnologia e lazer, tudo para continuar fazendo diferença no cenário editorial do mundo jurídico. Boa leitura!

Ana Cláudia Scavuzzi M. Baptista
Presidente da Amatra 5



ÍNDICE



Qualidade de Vida
*Evento promovido pela Amatra
5 na Chapada Diamantina
fortalece os laços entre os
associados*

20

Mutirão no Bairro da Paz	5
Trabalho seguro na Arena Fonte Nova	6
Boicote à Semana de Conciliação	8
Dicas de Cultura	10
Novidades em tecnologia	11
Entrevista com a ministra Kátia Arruda	12
Almoço Cultural	14
Notícias da Magistratura	16
A precarização do trabalho	18
Semana Institucional	22



Fotos: Robson Nascimento

Juízes do Trabalho saem dos gabinetes e vão **atender comunidade do Bairro da Paz**

Mutirão em Salvador fez parte da campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado"

A finalidade desse trabalho não é resolver processos, mas orientar e tirar dúvidas



Vânia Chaves, Renato Sant'Anna e Ana Cláudia Scavuzzi

Foi tudo ótimo, tirei minhas dúvidas e vou passar para minhas amigas que não vieram. Nem

todo dia a gente acha uma oportunidade dessa, tão boa e tão especial". Foi assim que a dona-de-casa Maria Alaíde dos Santos avaliou o mutirão de Juízes do Trabalho realizado dia 24 de agosto para a comunidade do Bairro da Paz, em Salvador. O evento aconteceu na Fundação Lar Harmonia e fez parte da campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado", da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). A Bahia foi o segundo estado a receber a campanha, que teve início no Complexo do Alemão, no Rio do Janeiro, e vai percorrer diversas cidades brasileiras até junho de 2013.

A abertura do evento contou com a participação do presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, da presidente da Amatra 5, juíza Ana Claudia Scavuzzi e da presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargadora Vânia

Chaves. Cerca de 30 magistrados ficaram à disposição da população local e do entorno (Baixa do Tubo e Alto do Coqueirinho), orientando e tirando dúvidas. "A finalidade desse trabalho não é resolver processos, mas orientar e tirar dúvidas. O juiz também aprende nesse contato, pois ele percebe qual a dificuldade do dia a dia do trabalhador ou do empresário, que muitas vezes não aparece no processo", destacou o presidente da Anamatra.

A presidente da Amatra 5, Ana Claudia Scavuzzi, também enalteceu a iniciativa. "Notamos uma tendência de crescimento das dúvidas sobre a legislação e acreditamos que é necessário aproximar a magistratura da sociedade".

Além da orientação dos juízes, também foram distribuídas cartilhas detalhando a legislação em forma de histórias em quadrinhos. A ação foi uma parceria da Anamatra com a Associação dos Magistrados da 5ª Região (Amatra 5) e o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Operários da Arena recebem orientação sobre

Magistrados baianos fazem palestras e tiram

Fotos: Ricardo Borges

A assinatura da carteira, trabalho seguro, direitos e deveres do trabalhador e a importância do uso dos equipamentos de proteção individual. Estes foram alguns temas que os juizes do Trabalho na Bahia levaram para os operários que estão construindo a Arena Fonte Nova para a Copa do Mundo, em Salvador. A série de palestras começou dia 17 de maio e foi uma ação do TJC (Trabalho Justiça e Cidadania), programa que busca promover o pleno exercício da cidadania e conscientizar o cidadão sobre seus direitos e deveres básicos. O evento teve ainda a distribuição de cartilhas do Trabalhador, da Anamatra, e do folder “Segurança na Indústria da Construção”, elaborado pelo SESI. Os juizes se revezaram para levar informação e tirar dúvidas dos trabalhadores sobre seus direitos e deveres. Uma das palestrantes foi a Dra. Soraya Gesteira,



coordenadora do TJC na Bahia. “Nós juizes não estamos satisfeitos em apenas julgar processos. Com o TJC, acreditamos que podemos contribuir através da educação e da disseminação do conhecimento”, avaliou.

A ação promovida na Arena Fonte Nova integra o Programa Trabalho Seguro, do TST, em parceria com o TRT5 e AMATRA5, através do TJC. Desde 2006, o TJC vem sendo executado com alunos e pro-

fessores. Agora ele amplia sua atuação e se volta também para trabalhadores. Segundo a desembargadora Léa Nunes, gestora regional do Programa Trabalho Seguro, evitar acidentes de trabalho é uma responsabilidade de trabalhadores e empresários “e nenhuma decisão judicial poderá reparar ou reverter a situação da morte de um pai de família”.

Na opinião da presidente da Amatra 5, juíza Ana Cláudia Scavuzzi, os magistra-

TEATRO COM CONSCIENTIZAÇÃO

A arte, o riso e a emoção marcaram o último encontro do TJC com foco no Trabalho Seguro, na Arena Fonte Nova. Através do teatro, a responsabilidade pelo trabalho seguro foi transmitida com muito humor para os trabalhadores da Arena. A performance teatral, realizada pelos atores Ricardo Borges e Bruna Scavuzzi, utilizou o humor para abordar os principais temas discutidos ao longo das seis semanas de palestras: importância do EPI, papel da CIPA, alcoolismo, entre outros.

A abertura do evento foi feita pela presidente da Amatra5, juíza Ana Claudia Scavuzzi, que juntamente com as juízas Rosemeire Fernandes e Soraya Gesteira, agradeceram a acolhida de todos trabalhadores e do Consórcio Arena Fonte Nova. “Em todos nossos encontros abordamos temas relevantes e muito sérios. Optamos por finalizar nosso programa de forma lúdica e mostrando que através da arte, podemos passar a mensagem de que todos devem vestir a camisa de fiscal da segurança”, enfatizou a juíza.



Fonte Nova

trabalho seguro

dúvidas dos trabalhadores

Participaram dessa iniciativa os seguintes juizes:

Ana Cláudia Scavuzzi, Agenor Calazans, Gilmar Carneiro, Léa Nunes, Paulo Temporal, Rosemeire Fernandes, Soraya Gesteira e Viviane Leite. Além dos parceiros: procurador do MPT, Luiz Barbosa, Narcóticos Anônimos e o advogado Carlos Magno.

dos estão fazendo sua parte, indo onde o empregador e o trabalhador estão e levando o conhecimento do Direito. Na visão da juíza Rosemeire Fernandes, o trabalho seguro interessa a todos: aos trabalhadores e empregadores, ao poder judiciário e à sociedade. “Os prejuízos que decorrem dos acidentes de trabalho, das doenças ocupacionais, agravam a toda a sociedade”, disse.

Carlos Augusto Vilas Boas, diretor do consórcio responsável pela obra da Arena Fonte Nova, gostou a iniciativa. “Os juizes, numa linguagem didática, apresentaram temas importantes para todos. Estamos saindo mais conscientes sobre os direitos e deveres dos trabalhadores”. Para o operário José Adailton Ferreira, que trabalha há um ano na obra da Arena, a iniciativa é válida. “Isso que

os juizes alertaram é muito importante, não quero deixar minha mulher e meu filho desamparados. Temos que trabalhar de forma segura”. Já a trabalhadora Maria Cirlene Santana disse que é muito difícil educar um adulto porque ele sempre acha que sabe tudo, “mas na realidade, se soubesse, os acidentes de trabalho não aconteceriam”, lembrou.

CAFU E MARGARETH MENEZES FECHAM EVENTO COM CHAVE DE OURO

Os trabalhos na Arena Fonte Nova foram encerrados com chave de ouro. Num ato público, promovido pelo TST em parceria com TRT5 e Amatra 5, os operários receberam a visita de autoridades e personalidades do futebol e da música brasileira, como o ex-capitão da seleção brasileira, **Cafu**, e a cantora Margareth Menezes.

O evento tem sido realizado em todos os estádios onde serão realizados a Copa de 2014. No entanto, a ação desenvolvida na Arena Fonte Nova se destaca por um diferencial: “Salvador foi a primeira cidade que desenvolveu, antes do ato público, um programa planejado de conscientização e informação sobre prevenção de acidentes, direitos e deveres dos trabalhadores”, ressaltou a Juíza Ana Cláudia Scavuzzi, presidente da Amatra5.

O reconhecimento por esse trabalho foi feito publicamente pelo diretor da Arena Fonte Nova, Alexandre Schiaviacco, que agradeceu os juizes e a Amatra5. “Gostaria de agradecer a dedicação desses juizes que vieram até aqui tratar de temas tão relevantes durante essas sete semanas que antecederam esse evento”, declarou.

Cafu e Margareth Menezes foram acolhidos com muito carinho pelos operários, que se aglomeravam em busca de uma foto ou um autógrafa. A cantora Margareth Menezes fez um pedido para os gestores da obra: “Espero que todos vocês operários sejam convidados para a festa de inauguração desse novo estádio”. A seguir, quebrou o protocolo e cantou para todos, um momento de grande emoção. Cafu lembrou da importância da consciência e do papel de cada um na prevenção de acidentes. Em seguida, convidou o ajudante de produção Marcos Cláudio Almeida para simbolizar todos os operários. Também falaram na cerimônia, os presidentes dos sindicatos dos



trabalhadores (Sintepav), Adalberto Lima, e da construção civil, Carlos Lima, além do Secretário estadual Nilton Vasconcelos.

Os operários ganharam kits com cartilhas e brindes oferecidos pela Amatra5, Azaleia, Federação Baiana de Futebol, Arena Fonte Nova, Fecomércio, SESI, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Sintepav, Sinduscon e Fundacentro.

Justiça do Trabalho sem

Magistrados não aderem à Semana de Conciliação e paralisam



erca de 2000 conciliações e 1800 processos na Justiça do Trabalho deixaram de ser julgados na Bahia de-

vido ao boicote dos juízes à Semana de Conciliação, que aconteceu de 7 a 14 de novembro em todo o Brasil. O protesto teve como objetivo demonstrar a insatisfação dos magistrados em relação ao andamento dos entendimentos entre os Poderes no que se refere à reposição salarial dos últimos anos. Nos últimos cinco anos, os juízes tiveram reajuste de 9% para uma inflação acumulada de 37%.

Durante o movimento, os juízes que estavam nas varas atendiam apenas para agendar nova data para as audiências. Assim como aconteceu em 80% da justiça do Trabalho em todo o país, os juízes da Bahia não aderiram à Semana de Conciliação.

Para os juízes do Trabalho a paralisação de dois dias (7 e 8) e a não participação na Semana de Conciliação foi uma decisão difícil. “Sabemos que o prejuízo maior é do trabalhador. Entretanto, entendemos que não há trabalhador que conviva com uma perda inflacionária de cerca de 30% e se resigne”, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Renato Sant’Anna. Nos últimos cinco anos, os juízes tiveram reajuste de 9% para uma inflação de 31%.

Os juízes se reuniram na sede da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho e junto com o representante da AJUFE- Associação dos Juizes Federais, juiz Fábio Ramiro, avaliaram o movimento local e nacional.

“Esse protesto demonstra nossa indignação com o tratamento que a magistratura vem recebendo do poder executivo”, declarou a juíza Ana Claudia Scavuzzi, presidente da Amatra5. “É com muito orgulho que vejo que na Bahia o movimento está coeso, contribuindo por uma Justiça mais forte, mais valorizada”, disse a juíza.

A deliberação pela não participação na Semana da Conciliação foi praticamente unânime. A Anamatra protocolou ofício para formalizar o comunicado feito anteriormente ao ministro Ayres Britto. No documento, os juízes do Trabalho enfatizam que querem chamar atenção para “a necessidade de reafirmar os predicamentos da magistratura, em ação capitaneada pelo Supremo Tribunal Federal, que dispõe de legitimidade social e constitucional para tanto e também dos respectivos meios formais – pelo julgamento dos Mandados de Injunção já ajuizados e dos Mandados de Segurança impetrados – de modo a fazer valer a regra de independência e harmonia impropriamente suprimida há seguidos anos”.

“
Entendemos
que não há
trabalhador que
conviva com uma
perda inflacionária
de cerca de 30% e
se resigne
”

conciliação na Bahia

atividades por dois dias



Números da Bahia

De acordo com números do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, foram realizadas em 2011, cerca de 1.920 conciliações e quase R\$ 14 milhões foram pagos em decorrência de acordos celebrados durante a Semana de Conciliação. Tramitaram na Justiça do Trabalho no ano de 2011, 6,9 milhões de processos, 5% a mais do que no ano anterior, sendo que o número de casos novos cresceu 10%. O número médio de sentenças por magistrado aumentou pelo segundo ano consecutivo, atingindo 1.172 casos julgados por cada um em 2011.

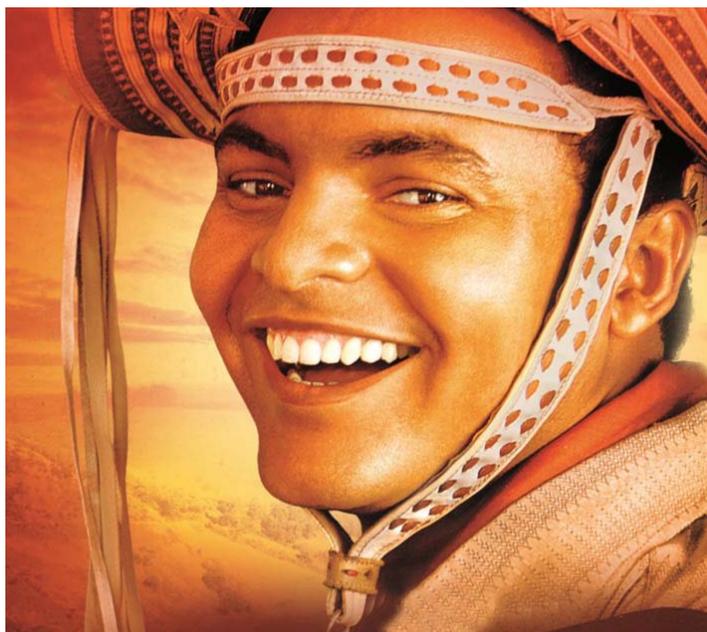
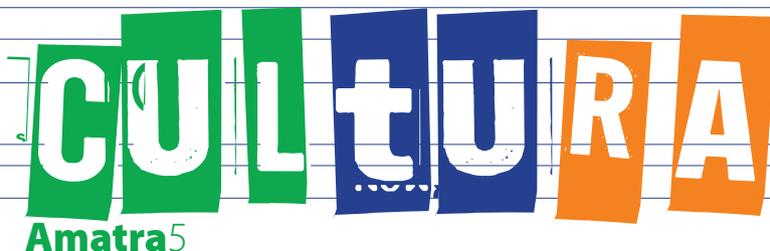
Semana sem conciliação

7 a 14 de novembro de 2012



Chico Buarque ao Vivo – DVD

O cantor e compositor Chico Buarque é quase uma unanimidade nacional. É difícil encontrar alguém que não goste de pelo menos uma música do artista, que surgiu nos anos 60 cantando “A Banda” num festival da TV Record. Cinco anos após a sua última turnê, Chico Buarque volta com o show de lançamento de seu mais novo DVD, “Chico - Na Carreira”. Em 45 anos lançou mais de 40 discos, entre trabalhos solo e projetos paralelos. Mas ele não gosta muito de fazer shows, por isso os ingressos para suas apresentações são tão disputados. Para quem não foi ao show e Salvador pode acompanhar tudo no DVD, que tem as canções que compõem o disco novo, mas traz também clássicos de todas as fases de sua carreira, do início dos anos 60 até hoje, como “Todo Sentimento”, “O meu amor”, “Anos Dourados” e outros.



A história do **Rei do Baião**

A relação conturbada entre Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, com o filho, o também artista Gonzaguinha, é o recorte que o diretor Breno Silveira (2 Filhos de Francisco) escolheu para contar a trajetória de um dos maiores músicos do Nordeste e que ajudou a popularizar o forró no Brasil.

A partir de fitas com gravações originais de uma longa discussão entre pai e filho, o diretor reconstrói toda a trajetória do artista, a descoberta do talento, os percalços, os amores e o sucesso. A história do filme começa em 1981, mostrando um já famoso Gonzaguinha recebendo a visita da então esposa de Luiz Gonzaga, Helena, nos bastidores de um show. Ela quer que ele visite o pai e nesse encontro toda a história dos dois é recriada. Os atores que interpretam os dois dão um show à parte e assim a história do Rei do Baião ganha uma cinebiografia à altura de sua obra.

Intocáveis: uma lição de vida

Uma relação improvável entre um milionário tetraplégico francês e um jovem senegalês é uma das muitas surpresas agradáveis do filme “Intocáveis”, segunda maior bilheteria de todos os tempos na França e que fez muito sucesso também no Brasil. Conta história de Philippe (o ator François Cluzet), colecionador de artes que ficou tetraplégico após um acidente. Após uma entrevista inusitada, Philippe resolve contratar para trabalhar como seu cuidador o jovem Driss (Omar Sy). O filme, que é baseado numa história real, foca o tempo todo na relação entre os dois, na cumplicidade e no aprendizado mútuo. Um dos achados do filme é mostrar que apesar de todos os problemas, podemos viver de forma mais alegre e que não devemos ter piedade das pessoas só porque elas têm algum tipo de problema físico. Graças ao bom-humor do jovem cuidador, Philippe readquire prazer pela vida e deixa de sentir pena de si mesmo. Por outro lado, Driss consegue fugir da realidade pobre da periferia de Paris e passa a conhecer galerias de arte e frequentar locais que não teria a oportunidade se não fosse o novo emprego. Por outro lado, Driss consegue fugir da realidade pobre da periferia de Paris. É uma via de mão dupla, onde todos saem ganhando, principalmente o espectador.



Novos processadores **Core i7**

A segunda geração de processadores da família Core i3/i5/i7 foi anunciado pela empresa fabricante, a Intel, com a polêmica proposta de acabar com as placas de vídeo. De tão poderoso, o novo i7 com quatro núcleos e arquitetura de 35 nanômetros seria capaz sozinho de colocar os aplicativos do PC e, ao mesmo tempo, dar conta de gráficos complexos. É esperar para ver se essa promessa vai se concretizar, o que vai diminuir ainda mais o peso dos atuais computadores.



Disfarce para o Notebook

Os bandidos estão cada vez mais atentos aos notebooks, caros e sofisticados. Pensando nisso foi inventado o BookBook, um disfarce em formato de livro velho que deixa o aparelho camuflado aos olhos dos criminosos. De longe, parece um livro de uma enciclopédia antiga. Está disponível nas cores preto clássico e vermelho vibrante, em capa dura. O preço vendido no exterior é de US\$80.

Tecnologia **4G no Brasil**

As sedes e sub-sedes da Copa do Mundo devem contar com tecnologia 4G até 31 de dezembro de 2013. Até 31 de maio de 2014, todas as capitais e cidades do Brasil com mais de 500 mil habitantes devem ser cobertas. A implantação de redes 4G no Brasil proporcionará acesso de alta velocidade a lugares em que não chega infraestrutura de cabo. A tecnologia 4G será para a internet o que a telefonia móvel foi para a telefonia. Atualmente, mesmo cidades longínquas, contam com acesso à rede móvel para celular. Além disso, o aumento de velocidade permitirá o uso de novas aplicações que envolvem conteúdo multimídia. Dependendo da velocidade oferecida, será possível, por exemplo, ouvir músicas diretamente pela internet (sem interrupções) ou mesmo carregar vídeos em alta definição. As velocidades de tecnologia 4G podem chegar à casa dos 100 Mbps (Megabits por segundo), o que vai permitir baixar filme em poucos minutos, realizar videoconferências diretamente do celular e ouvir músicas diretamente da internet. Quem quiser usufruir das altas velocidades de dados pela conexão 4G vai precisar trocar os atuais aparelhos.



TECNOLOGIA
Amatra⁵



A juíza Kátia Arruda

Nasceu no Ceará, onde fez o curso de Direito. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, é pesquisadora de temas relacionados à precarização do trabalho e eficácia dos direitos constitucionais trabalhistas. Iniciou na magistratura trabalhista em 1990, quando foi aprovada em concurso público para atuar no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no Maranhão. Em 2000 foi promovida a desembargadora do TRT 16ª Região e em março de 2008 assumiu o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho – TST.



Fotos: Adelfino Borges

“Em todo o país existe a **exploração do trabalho humano**”

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Kátia Magalhães Arruda, foi um dos destaques do XXII COMAT (Congresso dos Magistrados do Trabalho da Bahia) realizado dias 21 e 22 de setembro no Hotel Othon Palace, em Ondina. Com a palestra “Precarização do Trabalho: a Banalização da Exploração”, ela foi buscar na História, na Filosofia e no Direito as bases para mostrar de que forma o Brasil tem lidado com a questão do trabalho precário. Ao final da palestra, recebeu a comenda Ministro Coqueijo Costa e também a ficha de inscrição para se afiliar à Amatra5.

Acompanhe a seguir a entrevista que ela concedeu com exclusividade para a Revista da Amatra 5.

1 A precarização do trabalho é comum em todo o Brasil ou existem alguns Estados onde essa situação é mais crítica?

É claro que os Estados mais desenvolvidos tendem a ter uma situação melhor, mas ainda nesses locais existem problemas. São Paulo, por exemplo, é a grande potência do Brasil, mas lá há uma situação de precarização do trabalho muito forte com os estrangeiros. São aquelas pequenas fábricas de tecido que exploram a mão de obra que chega ao país de forma ilegal. Então, tem a exploração nos canaviais de Pernambuco, nas carvoarias do Maranhão e nas fábricas clandestinas de São Paulo. Ou seja, em todo o país há a exploração do trabalho humano, embora de formas e facetas diferentes. É bom esclarecer que a precarização inclui o trabalho infantil, o trabalho forçado análogo à condição de escravo e a terceirização.

2 E no caso da Bahia, o que a Sra. sabe sobre essa exploração?

As estatísticas que eu estudei sobre a Bahia mostram a existência de um forte trabalho infantil doméstico e algumas áreas com trabalho forçado ou análogo à condição de escravo. Essa questão do trabalho infantil doméstico é muito forte não só na Bahia, mas em todo o Nordeste. É aquela visão equivocada de que trazendo a criança do interior para ser criada em uma casa de família ela estará sendo beneficiada. Mas o que acontece é que ela tem que lavar, passar e até cozinhar, ou seja, realizar todas as atividades domésticas sem receber um salário por isso. Ela, portanto, não veio do interior para ser cuidada e muitas vezes recebe apenas o necessário para a sua sobrevivência. É um tipo de exploração como existia no século passado, quando as pessoas trabalhavam em troca de comida.

3 E questão da terceirização. A Sra. vê algum sinal de avanço no Brasil?

Eu tenho observado que com a discussão sobre o assunto e os prejuízos que a terceirização pode trazer, algumas empresas têm feito o sistema reverso. Estive visitando, por exemplo, a empresa Vale, no Maranhão, e

percebi que em alguns setores que antes eram terceirizados eles decidiram contratar empregados diretos. Isso porque os terceirizados não tinham a mesma qualificação que seus trabalhadores, nem compromisso com a empresa. Então eu percebo que essa é uma questão que passa muito pela conscientização do empregador. O que ele quer é um trabalho com qualidade, bem feito, com respeito às leis trabalhistas? Ou ele quer apenas a exploração da mão de obra? Quando o empregador só quer a segunda opção, em geral ele terceiriza. Mas quando ele tem em sua empresa o valor do compromisso social, a tendência é ele contratar trabalhadores com direitos.

4 O julgamento desse tipo de processo em Brasília demora muito?

O TST julga de acordo com a ordem de chegada dos processos. É bom deixar claro que o prazo começa a contar quando ele chega em Brasília e não quando se inicia nas instâncias de primeiro grau. O tempo de julgamento vai depender do acervo de processos em cada gabinete. Alguns têm cerca de 2 mil processos e outros chegam a ter 10 mil. Vale ressaltar que temos priorizado os processos que envolvem acidentes de trabalho. O TST, inclusive, está com uma campanha nacional sobre o tema. Isso tem ajudado a efetivar uma política pública para o Brasil sobre o assunto.

5 Qual o setor que lidera as estatísticas de acidentes de trabalho?

A construção civil. É um trabalho que envolve muitos aspectos de periculosidade e às vezes de insalubridade. Os trabalhadores da construção civil nem sempre usam os equipamentos individuais de proteção, que é uma responsabilidade tanto do empregado quanto do empregador. Por isso, nós do TST temos feito uma campanha pedagógica sobre a necessidade de prevenir o acidente de trabalho e edificar um trabalho mais seguro.

6 Como a senhora vê a postura dos juizes em relação à precarização do trabalho?

Os juizes do trabalho em geral são muito

comprometidos com os direitos trabalhistas. Isso ocorre desde o momento em que ele decide fazer o concurso para o cargo. Em minha opinião esse fato, por si só, já demonstra um compromisso com o direito social. Portanto, penso que tanto no passado quanto no presente a atuação dos juizes é exemplar em defesa da Justiça.

7 E a exploração do trabalho infantil também tem mobilizado os juizes?

Sim, mas a sociedade precisa tomar mais consciência sobre essa questão. Por muito tempo os brasileiros tinham o entendimento de que era melhor a criança estar trabalhando do que estar nas ruas consumindo drogas ou cometendo algum tipo de crime. É necessário romper esse falso paradigma: lugar de criança não é na rua, nem trabalhando: é na escola. Precisamos entender que para que essa criança cresça e se torne um adulto saudável e produtivo para a sociedade é importante que ela tenha acesso à educação, saúde e segurança. Entendo que não é um tema apenas do Direito do Trabalho, mas interessa aos jornalistas, aos professores universitários, aos fiscais do trabalho. Interessa, enfim, a toda sociedade. Na medida em que as crianças deixam de ser exploradas pelo trabalho infantil e voltam para as escolas, teremos a garantia de um futuro seguro para todos.

8 Qual a mensagem que a Sra. deixa para os juizes do Trabalho da Bahia, agora que é oficialmente afiliada da Amatra5?

A Bahia me cativa em todos os aspectos, desde a beleza natural até o carinho do povo. Sou nordestina nascida no Ceará, mas me formei profissionalmente no Maranhão, onde fui juíza do trabalho. Desde que eu vim pela primeira vez à Bahia tive uma empatia imediata. A força do povo baiano é fenomenal e sempre que venho aqui sou contaminada com toda essa energia do bem. É uma honra ser afiliada da Amatra5.



Rodolfo Pamplona, Janair Tolentino e Pacífico Rocha

Poesia e psicanálise: ingredientes do 2º Almoço Cultural da Amatra 5

Evento serviu para homenagear personalidades que se destacaram no meio jurídico

“A Deusa da Justiça me estimula todos os dias a exercer o cumprimento desse sacerdócio com prazer”

Poesia, psicanálise, boa culinária e honrarias. Esses foram os ingredientes do segundo almoço cultural da Amatra 5, realizado dia 26 de março no Convento do Carmo, no Pelourinho. Durante o evento os juízes Janair Tolentino e Rodolfo Pamplona, além do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Dr. Pacífico Rocha receberam a comenda Fátima Stern do Mérito Judiciário da Amatra 5.

Após um almoço servido nas varandas do secular convento, o evento foi aberto com um recital de poesia da Companhia Subversiva de Dizedores de Versos. Em

seguida foi a vez da psicanalista Mônica Veras falar sobre “Sintomas Psíquicos Ocupacionais – Um olhar da Psicanálise. Ela enfatizou para os juízes o lugar da palavra dita e não dita numa audiência. “A palavra liberta e aprisiona e as relações interpessoais se constroem através dela”, disse Mônica Veras.

A especialista lembrou ainda que muitas doenças psicossomáticas têm origem nas palavras não ditas e citou Lacan: “O que não passa pela garganta fica escrito no corpo como um discurso vivo”. Nesse sentido, Mônica Veras destacou a importância de os juízes respeitarem seus limites para evitar doenças de diversas ordens.

Depois da palestra, bastante aplaudida, a presidente da Amatra 5, juíza Ana Cláudia Scavuzzi, iniciou a solenidade de entrega da Comenda Fátima Stern do Mérito Judiciário. Ela lembrou que o nome da Comenda Fátima Stern é muito apropriado, uma vez que remete à competência e eficiência da ex-presidente da Amatra.

A primeira homenagem foi prestada ao procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Dr. Pacífico Rocha, que nas palavras da presidente da Amatra 5, "é um parceiro de todas as horas da associação e nunca se nega a participar das ações em prol dos Juízes do Trabalho". Em seu discurso, ele agradeceu a homenagem e disse que desde que assumiu sua função no MPT procurou uma maior aproximação com os magistrados, pois acredita muito nessa parceria.

Em seguida foi a vez da juíza Janair Tolentino, que nas palavras da presidente da Amatra 5, é um exemplo de "comprometimento, lisura de caráter e coragem visceral". A juíza agradeceu aos juízes que indicaram seu nome para a



Fotos: Antônio Souto

homenagem e disse que se sentia honrada de receber uma medalha com o nome da juíza Fátima Stern.

Por fim, o último homenageado, o juiz Rodolfo Pamplona, que a Dra. Ana Cláudia definiu numa palavra: talento. Muito querido pelos colegas, ele fez um discurso apaixonado pela profissão que

escolheu e lembrou que a juíza Fátima Stern foi a primeira com quem trabalhou na Justiça do Trabalho, quando ainda nem era juiz. Fez um agradecimento especial à sua grande musa inspiradora: a deusa da Justiça, "que me estimula todos os dias a exercer o cumprimento desse sacerdócio com prazer".





Amatra5 participa de **Jogos Nacionais**

Os associados da Amatra5 mais uma vez fizeram bonito e marcaram presença nos jogos nacionais da Anamatra, realizados de 31 de outubro a 3 de novembro em Foz do Iguaçu, no Paraná. O juiz Godofredo de Souza Santos ficou em 1º lugar no tênis de mesa masculino e Renato Mário Borges Simões ficou em segundo na mesma competição. Já o juiz José Pinheiro Guimarães, da Amatra5, ficou entre os três melhores do Brasil na categoria Atleta de Melhor Idade. A associação baiana ficou em 10º lugar na classificação geral. A competição teve corrida rústica, natação, dominó, futebol society masculino, tênis de quadra e de mesa, tiro esportivo e vôlei de praia e xadrez.

Ematra promove cursos de Sentença e Direito Previdenciário

De 3 de dezembro 2012 a 9 de janeiro de 2013 a Ematra 5 (Escola dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região) promove um curso, com vagas limitadas, sobre Sentença. A escola tem tido uma boa procura, desde o primeiro Curso Preparatório para Concurso de Juiz do Trabalho Substituto. De acordo com o coordenador executivo, juiz Guilherme Guimarães Ludwig, “os resultados que alcançamos até agora já superaram nossas expectativas. Não só em número de participantes, mas sobretudo, pelo interesse da turma em adquirir conhecimento. Isso nos motiva e aumenta nossa responsabilidade”. Está previsto para o início de 2013 o curso de Direito Previdenciário.

Seminário debate **prevenção ao trabalho infantil**

O 1º Seminário Territorial de Enfrentamento e Combate ao Trabalho Infantil realizado dia 13 de novembro, no município de Entre Rios, a 130 quilômetros de Salvador, reuniu cerca de 350 pessoas. Com o apoio da Amatra5, o evento debateu assuntos como o panorama do trabalho infantil nos últimos 10 anos, os diversos danos que o trabalho precoce pode causar às crianças e aos adolescentes, instrumentos de combate ao trabalho infantil e trabalho decente. A juíza titular de Itapetinga, Rosemeire Fernandes, esteve presente ao evento.



A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbem expressamente o trabalho infantil, mas permitem que adolescentes com mais de 14 anos trabalhem como aprendizes e que adolescentes com mais de 16 anos exerçam funções consideradas seguras.

Galeria de ex-presidentes ganha nova foto

A presidente do TRT5, desembargadora Vânia Chaves, participou da solenidade de deposição de foto da juíza **Viviane Leite** na Galeria de Fotos dos Ex-Presidentes da Amatra5. O evento foi realizado na sede da Associação e contou com a presença de juizes, colaboradores da associação e desembargadores que prestigiaram a juíza. Viviane Leite esteve à frente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região durante o biênio de 2009 a 2011.



PJE vai agilizar processos

A Bahia já conta com o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), implantado inicialmente em Santo Amaro, será ampliado em 2013 para todas as varas do trabalho em Salvador. O projeto que é coordenado pela desembargadora Dalila Andrade, retrata a tendência de unificar todos os tribunais brasileiros, com as mesmas regras e interface, através de sistema via web, fenômeno análogo ao que aconteceu, por exemplo, com a Receita Federal no que diz respeito à entrega do IR, que hoje só acontece via digital. O PJ-e só lida com processos novos. Nos processos eletrônicos não há necessidade de formação de agravo de instrumento, agravo regimental e precatórios, já que as peças estão disponíveis na internet.

Prêmio Direitos Humanos incentiva a cidadania no mundo do Trabalho

A presidente da AMATRA 5, juíza Ana Cláudia Scavuzzi, participou em São Paulo da 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. Como representante do CR das AMATRAS, Ana Cláudia fez parte da comissão julgadora que avaliou ações e atividades realizadas por pessoas físicas e jurídicas que promovem a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho. A premiação aconteceu no dia 28 de novembro. Além do prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 8 mil, o vencedor de cada categoria/subcategoria também recebeu uma estatueta inspirada no Cilindro de Ciro. "Foi uma experiência muito gratificante participar desse julgamento e conhecer de perto iniciativas tão importantes que contribuem efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e solidária", avaliou a juíza.



Juízes do Trabalho propõem projeto anticorrupção

Dirigentes da Amatra 5 participaram, em agosto, na Câmara dos Deputados, em Brasília, do ato protocolar de projetos de lei para combater e inibir a prática de corrupção no País. Os projetos dobram as penas mínimas de crimes relacionados à corrupção e alteram as leis que tratam do Sistema Tributário Nacional e do Sigilo das Operações Financeiras. A iniciativa dos juizes do Trabalho, aprovada no congresso nacional da Anamatra, realizado em João Pessoa, qualifica os crimes de corrupção como hediondos. A ação dos magistrados faz parte da campanha "Anamatra no combate à corrupção". As propostas da entidade preveem ainda a criação do Conselho de Ética Pública, como forma de reduzir o corporativismo dos órgãos internos de fiscalização.



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro

Nasceu em Belo Horizonte (MG), onde obteve o título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Juiz do Trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) em 1987, por concurso público, atuou nas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Belo Horizonte. Em 1997, foi chamado pela primeira vez pelo TST para atuar, inicialmente por seis meses, como juiz convocado no Tribunal. Foi reconvocato excepcionalmente, ao longo de cinco anos, e, em 21 de fevereiro de 2006, foi empossado ministro do TST.

Curriculum



“O homem não é mercadoria para ser locado”

Terceirização leva à perda de identidade do trabalhador, alerta ministro do TST

A despeito de o governo federal anunciar recordes sucessivos de empregos formais, boa parte deles é de trabalhadores terceirizados. Quem afirma é o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, que esteve na Bahia, a convite da Amatra5, participando do XXII COMAT (Congresso dos Magistrados do Trabalho da Bahia) realizado dias 21 e 22 de setembro no Hotel Othon Palace, em Salvador. De acordo com o ministro, a sociedade precisa estar atenta à precarização das relações de trabalho, porque ter uma carteira assinada não significa, necessariamente, um trabalho decente. “Imagine a situação de um trabalhador que está numa empresa a qual não pertence, mas que tem que estar lá todos os dias, cumprir uma carga horária igual ou até superior a de outros que têm mais vantagens que ele?”, questiona Luiz Philippe.

Esta é a situação que o ministro e seus colegas juízes do Trabalho em todo o Brasil combatem. Sobre a explosão dos empregos formais no País, Luiz Philippe ressalta as vantagens, para o tra-

balhador, da anotação na carteira, o recolhimento da Previdência Social e as garantias do contrato. “O que é preciso ver é em que bases essas vantagens são estabelecidas”, alerta o ministro, destacando que muitas vezes um trabalhador exerce uma função igual ao colega ao lado, só que numa situação jurídica e uma proteção social muito diferente. “Isso leva a uma ausência de identidade do trabalhador”.

O ministro ressalta que não é contra a terceirização, desde que feita dentro de bases legais e com limites. “O Direito do Trabalho tem como escopo fundamental evitar, coibir e vedar a locação do trabalho humano. O homem não é mercadoria para ser locado”. O ministro acredita que está havendo um retorno às origens, à legislação que antecede a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), quando não havia proteção para o trabalhador. “Ter uma carteira assinada não significa ter um trabalho decente”, lembra o ministro.

A terceirização, na opinião dele, tem que ter como primazia a ética nas relações de trabalho e a dignidade humana. O

ministro enfatiza que deve haver limites para a terceirização. “Não é possível conceber, por exemplo, uma empresa de construção civil sem empregados”, destaca Luiz Philippe, citando o caso de uma empresa que se resume ao dono, uma secretária e uma mesa. Por ser pessoa jurídica, participa de concorrência pública e depois terceiriza todo o pessoal, seja de hidráulica, elétrica, fundação e acabamentos. “A atividade empresarial tem como pressuposto o risco e esse tipo de prática não pode ser admitida”.

Essa questão não envolve apenas a iniciativa privada, lembra o ministro, afeta também o serviço público. “Todas as questões relativas à terceirização, desde os idos das décadas de 60 e 70, tiveram início com a prestação de serviço à administração pública. A terceirização surgiu lá”. Ele ensina que o regime previsto na Constituição, artigo 37, inciso 9º, é para o caso de uma atividade excepcional e temporária. Não pode ser, portanto, permanente. “Se for, está em fraude”.

O ministro lembra que por força de vários dispositivos, como a lei de concessão e

permissão de serviço público, a terceirização de atividades pela administração pública indireta é uma prática recorrente. Existe ainda a norma constitucional que estabelece que educação e saúde podem ter mão de obra intermediada através de convênios, ONGs e cooperativas. “Isso tudo tem ocasionado uma verdadeira fuga à norma constitucional que estabelece o regime dos servidores”, diz o ministro, lembrando que o serviço público é, estatisticamente, o maior cliente dos Tribunais de Trabalho. Isso inclui a administração pública direta e indireta da União, Estados e Municípios. Outra questão polêmica é das cooperativas de trabalhadores. O ministro deixa claro que a Justiça do Trabalho não é contra esse tipo de iniciativa. “O que não se pode é desviar a finalidade de uma cooperativa para ela encobrir uma empresa de mero fornecimento de mão de obra”. O trabalho cooperado, ensina o ministro, é diferente da atividade onde existe subordinação. Nesse caso, o cooperado trabalha segundo a sua vontade, com autonomia e recebe diferenciadamente conforme sua produção.

“Cooperar é trabalhar em colaboração com o outro, onde todos ganham”, lembra o ministro, ressaltando que os cooperados entregam um serviço ou mercadoria para o empresário, mas o fazem com autonomia e com sua própria vontade. “Se a pessoa quiser trabalhar dia sim, dia não, tudo bem, ela vai receber em razão de sua produção”. Ou seja, a pessoa tem uma liberdade que o contrato de trabalho não permite. O empregador tem o controle do local, dos instrumentos, do tempo, da forma de execução, da organização. O cooperado não, ele ganha por produção. O ministro dá o exemplo de uma cooperativa de motoristas de táxi em Belo Horizonte, sua terra natal, que funciona de forma exemplar, nunca teve uma questão na Justiça. “Eles trabalham em regime específico de cooperação”. Luiz Philippe finaliza lembrando que o TST não quer evitar novas formas de prestação de trabalho, a luta é contra a simulação de uma relação de emprego. “Não se pode usar um instrumento legal para desvirtuar sua finalidade e assim obter um resultado que não é aquele previsto em lei”.

JUIZES DEBATEM A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

O tema do XXII COMAT deste ano não poderia ser mais atual: Cidadania no Ambiente de Trabalho. Juízes, ministros, desembargadores e procuradores debateram, nos dias 20 e 21 de setembro vários aspectos ligados ao assunto. Promovido pela Amatra 5 e Ematra 5, o evento aconteceu no Othon Palace Hotel, em Salvador.

O COMAT começou com uma apresentação de música e poesia e depois foi composta a mesa com a presidente da Amatra 5, juíza Ana Claudia Scavuzzi, a presidente do TRT5, Vânia Chaves, o desembargador Valtércio de Oliveira, o ex-ministro do TST Horácio Pires, o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Pacífico Rocha, o presidente da OAB, Saul Quadros e as juízas Angélica Ferreira e Rosemeire Fernandes, além de Dr. Pinheiro, Diretor de Aposentados da Amatra 5.

“O juiz tem que ser crítico, pró-ativo, mais próximo à sociedade e procurar aprendizagem constantemente. Foi pensando nisso que promovemos esse Congresso”, disse a juíza Ana Claudia Scavuzzi, na abertura do evento.

Na conferência de abertura, a Ministra do TST, Kátia Magalhães Arruda, abordou, de forma tocante, o tema da precarização do trabalho e a banalização da exploração, com ênfase no trabalho análogo ao escravo, terceirização e acidentes de trabalho.

Fazendo um paralelo com a Alemanha de Hitler, a ministra alertou que o ambiente de totalitarismo criou um ambiente onde o ser humano se tornou supérfluo. Com a exclusão social o fenômeno é muito parecido. “O holocausto no Brasil é a banalidade da exploração do trabalho e o agravamento da exclusão social”, ressaltou a ministra.

Ao final da palestra, a Ministra Kátia Arruda recebeu da presidente do TRT 5, desembargadora Vânia Chaves, a Comenda Ministro Coqueijo Costa, que homenageia personalidades que se destacam por serviços prestados à Justiça do Trabalho.

O evento contou ainda com a participação, em um talk show, do ministro do TST Luiz Philippe Vieira, que abordou a precarização e a terceirização do trabalho no Brasil. O COMAT abordou também a importância da Função Social do Contrato de Trabalho, o Ativismo Judicial e a Política Nacional de Segurança, a Responsabilidade Civil no Ambiente de Trabalho, a Saúde do Trabalhador, entre outros temas.



Foto: Antônio Sourto

Qualidade de Vida **é tudo!**



A saúde e a qualidade de vida são ativos cada vez mais buscados hoje por empresas e associações, que enxergam no incentivo às práticas esportivas e lazer uma forma de garantir a saúde física e mental de seus integrantes.

O investimento nessas práticas melhora o relacionamento, aumenta a motivação e diminui os afastamentos por doença. Para a psicóloga, professora da USP, especialista em Qualidade de Vida no Trabalho, Ana Cristina Limongi, esse conceito passa pela “percepção de

bem-estar, a partir das necessidades individuais, ambiente social e econômico e expectativas de vida”. Foi com esse intuito que a Amatra5 promoveu, de 15 a 18 de novembro, em Lençóis, na Chapada Diamantina, o seu evento anual de Qualidade de Vida. Foi um período que serviu para integrar, fortalecer os laços entre os associados, que tiveram a oportunidade de sair do ambiente de trabalho, praticar esporte e contemplar a natureza.

A seguir, alguns depoimentos de associados que participaram do evento:

“Estou há mais de cinco anos aqui e, de longe, foi o melhor qualidade de vida que já fui. A alegria foi tamanha e a descontração imensa, abrilhantada pelas brincadeiras de todos os colegas, que se superaram, cada um a seu modo, subindo pedras, remando, caminhando da areia fofa ao sol, tudo no cenário mais bonito e exótico da Bahia. Já estou com saudade da nossa aventura. Vamos repetir essa experiência maravilhosa!”

Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira
Juíza Substituta da 3ª Vara de Salvador

"A Chapada Diamantina, seus rios e cachoeiras, montanhas e casarões coloniais, serviram de cenário para momentos extraordinários de fraterna e alegre convivência! Um convite à simplicidade e à desconcentração, regras que prevaleceram durante todo o encontro. Juntos, aquecemos os laços de amizade, solidariedade e fraternidade; Juntos, partilhamos cada momento, cada descoberta, cada alegria; Juntos, enfim, nos descobrimos mais profundamente. Valeu, AMATRA 5!"

Rosemeire Fernandes

Juíza Titular de Itapetinga e diretora da Amatra 5

"O evento atingiu seu objetivo de trazer qualidade de vida aos associados, permitindo a integração de todos os colegas presentes com as suas famílias e a natureza. Parabéns à Diretoria da Amatra5."

Álvaro Marcos Cordeiro Maia

Juiz auxiliar da 1ª e 2ª Vara de Simões Filho

"Foi o Qualidade de Vida mais aventureiro que já tivemos, com direito até a disputa de canoagem, que nos divertiu bastante! Mas certamente o que tornou esse evento inesquecível foi a simplicidade, a integração e o espírito de solidariedade. Estamos todos de parabéns!"

Ana Cláudia Scavuzzi

Presidente da Amatra 5

"Todos os colegas estavam super entusiasmados. Foi o primeiro evento que realizamos sem a contratação de uma agência, mas todos atenderam aos combinados e cuidaram uns dos outros, demonstrando carinho, atenção e reforçando ainda mais nossos laços. A diretoria da Amatra só tem à agradecer a esse grupo tão participativo e animado!"

Renata Gaudenzi

Juíza Titular de Candeias e Diretora Social da Amatra 5

"O evento deste ano foi, de longe, o mais diferente possível, e o melhor, tanto pela integração das famílias, colegas, amigos e novos amigos que adquirimos, como pelo contato que tivemos com a natureza, dando a ideia, assim, por todos os motivos citados, de estarmos mais próximos de Deus".

Lorelei Barbosa

Juíza aposentada

"Fui a quase todos os eventos de Qualidade de Vida, pois acho que é uma maravilhosa forma de integração com os colegas e seus familiares. Porém este evento foi especial, pois a convivência foi em um lugar lindo, onde pudemos fazer trilhas e desfrutar de uma natureza exuberante".

Juíza Angélica Ferreira

Auxiliar da presidência do TRT5

"O qualidade de vida do ano de 2012 foi emocionante, um dos melhores de que já participei! Integração em meio à natureza, alegria e confraternização foram as marcas desse evento. Parabéns, Amatra 5!"

Doroteia S. de Azevedo Mota

Juíza Titular da 1ª Vara de Feira de Santana

"O Qualidade de Vida foi fantástico, o melhor que já participei. Adorei os passeios, especialmente pelo permanente contato com a natureza e fora do alcance do celular. Também ver meu filho interagindo com os filhos das minhas amigas, e participando de tudo com entusiasmo, me fez muito feliz. Precisamos repetir!"

Andréa Presas

Juíza Auxiliar da 16ª Vara e Diretora de Prerrogativas da Amatra 5

"O evento foi excelente e muito bem organizado. Foi o melhor Qualidade de Vida que participei. Valeu pela integração!"

Dra. Gaxi Menezes

Juíza Aposentada





Semana Institucional capacita juízes do Trabalho

Evento serviu também para a integração da categoria

Por exigência da Constituição é obrigatória a formação continuada dos magistrados do Trabalho e a 1ª Semana Institucional do TRT5 está inserida nesse contexto. Foi assim que a vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) Yara Trindade, abriu os trabalhos da 1ª Semana Institucional do TRT5, evento que durante três dias (21 a 23 de novembro) serviu não só para atualizar os juízes, mas também para que eles conhecessem melhor a estrutura do Tribunal.

Além da desembargadora Yara Trindade, participaram da mesa de abertura o vice-corregedor do Tribunal, Luiz Tadeu Vieira; Edilton Meireles, diretor da Escola Judicial; e as juízas Ana Cláudia Scavuzzi, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra5); e Angélica Ferreira, auxiliar

da Presidência do TRT5. A presidente do Tribunal Vânia Chaves e o corregedor Valtécio Oliveira não compareceram à solenidade por estarem representando a instituição na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs, em Brasília. Vânia Chaves tomou posse como vice-corregedora do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprecor).

O evento foi realizado pelo TRT5 em parceria com a Escola Judicial e Amatra5 e reuniu todos os magistrados da Justiça Trabalhista no Estado, que participaram de palestras e debateram questões como saúde da categoria, planejamento estratégico, obras e instalações físicas no interior e na capital. Em seu pronunciamento, a juíza Ana Cláudia Scavuzzi destacou a importância da Semana Institucional para a troca de experiências e discussão de temas

importantes para a magistratura. Disse que a profissão é apaixonante e que uma prova disso é a baixa evasão na carreira. Mas lembrou que nos últimos anos a categoria tem sofrido com a perda nos vencimentos, que chega a mais de 37%. Defendeu que o poder Judiciário precisa de autonomia e conclamou os colegas a participarem dessa luta. “Aproveito para agradecer a adesão dos colegas à paralisação e à não adesão à Semana de Conciliação”, destacou a juíza.

Ao final do pronunciamento da presidente foi exibido um clip de fotos de juízes produzido pela Amatra5 para homenagear seus integrantes e reforçar a integração e os laços de amizade que são construídos no ambiente associativo. “São estratégias coletivas de defesa contra os males que podem advir do nosso trabalho, da nossa profissão”, disse a presidente da Amatra 5.



Fotos: Antônio Souto

Foi exibido um clip de fotos pela Amatra 5 para homenagear os associados

Encontre sua fórmula
de viver positivamente:
divertir-se.



Quando você faz o que gosta, ouve uma música, joga futebol, conversa com os amigos, a vida fica mais divertida. **Viver bem pode ser contagiante como um sorriso. E refrescante como Coca-Cola com gelo, que inspira momentos de felicidade na vida de milhões de pessoas no mundo inteiro há 125 anos.**

www.cocacolabrasil.com.br

A Coca-Cola Brasil é



e mais 150 produtos.

Coca-Cola
Brasil

CURSO DE SENTENÇA



03/12/2012 a 09/01/2013

Quant.: 60 vagas

Carga: 24 horas (8 aulas de 3 horas)

CORPO DOCENTE

Rafael Menezes Santos Pereira | Patrícia Mayra Léo Damasceno

George Santos Almeida | Fabiano de Aragão Veiga

Ivo Daniel Povoas de Souza | Ligia Mello de Lima Araújo

O CURSO

Metodologia: Aula teórica,
aula prática e resolução de provas.
19 às 22h (segundas e quartas)

LOCAL

Faculdade Dom Pedro II,
Campus I, 4º Andar
Praça da Inglaterra, s/n - Comércio

CONTATO

Inscrições e Informações:
(71) 3242-6983
escola@amatra5.org.br

Realização



facebook.com/ematra.bahia